



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Processo: Vedações construídas no concelho de Marvão

Reunião 12 de julho 2021

Presenças:

Jorge Marques (AM)

Tiago Pereira (AM)

João Lourenço (AM)

António Bonacho (JF)

Silvestre Andrade (JF)

Jorge Rosado (CM)

Luis Costa (CM)

Luis Vitorino (CM)

Jorge Didier Mimoso - Gerente Grupo RPBK

Paulo Matos - Grupo RPBK

José Janela - Quercus

João Bugalhão (cidadãos)

José Manuel Pires (CM)

Silvia Pinheiro (AM) ZOOM

Natércia Fernandes (AM) - ZOOM

Nuno Pires (AM) - ZOOM

Teresa Vicente (cidadãos) ZOOM

Luis Grilo - Chefe de Divisão das Áreas Classificadas (PNSSM) ZOOM

GNR Nisa - Chefe do Núcleo de Proteção Ambiental, Sargento Ajudante Luis Miguel dos Santos Parreira - ZOOM

LNEG - Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia:

1. Jorge Carvalho ZOOM
2. Rute Salgueiro ZOOM
3. Daniel Oliveira ZOOM

O Presidente da Assembleia deu início à reunião agradecendo a todos a participação.

Explicou as circunstâncias que levaram à realização desta reunião, sobre o assunto das vedações que vem sendo recorrente no concelho e abordado algumas vezes em Assembleia Municipal. A este propósito pediu ao Presidente da Câmara que fosse disponibilizado na página do município

a pasta respetiva para consulta. Uma vez que na última assembleia foi de novo abordado o assunto, achou por bem promover esta reunião para que todas as pessoas possam dar a sua opinião. Não pretende de forma alguma que esta discussão possa contaminar o período eleitoral que se aproxima e que não sirva para ninguém como campanha eleitoral.

Convidou a empresa, entidades e alguns membros da sociedade civil que se têm pronunciado sobre o tema, concretamente João Bugalhão e Teresa Vicente.

Desta reunião vai ser elaborado um relatório que será enviado para conhecimento de todos os membros da assembleia.

O Presidente da Assembleia dirigiu algumas perguntas aos representantes do Grupo RPBK Jorge Didier Lopes e Paulo Matos:

Pedi que pudessem esclarecer quando é que a empresa se instalou em Marvão e a partir de que momento sentiram que havia algumas pessoas que discordavam da forma como geriram os terrenos de sua propriedade;

Jorge Lopes, gerente das sociedades proprietárias de vários terrenos no concelho, informou que os trabalhos iniciaram-se no final de 2007 e início de 2008. Referiu que o trabalho desta empresa está a céu aberto, à vista de todos, não há nada escondido, sempre se pautaram por valorizar espaços onde intervêm, mas raramente é falado seja da limpeza dos terrenos, seja da valorização de espécies autóctones, florestais e animais e de todo o trabalho de preservação e reflorestação que fazem nas propriedades, nem da colaboração que têm com o Instituto Politécnico de Castelo Branco. As pessoas insistem em falar das vedações e do que se vê sem olhar para o conteúdo e todo o trabalho desenvolvido no interior, tem sido desagradável mas trabalham dentro do quadro legal e falam com todas as entidades que devem, inclusivamente com a Câmara Municipal de Marvão, ICNF, APA, CCDR-A o IFAP também. Têm um efetivo pecuário que cresceu bastante nos últimos 12 meses com a ajuda do Eng^o Agrónomo Paulo Matos. Referiu que não é a empresa que tem de dar resposta, o trabalho é factual. Lamentou que estas discussões comecem sempre em períodos de eleições e infelizmente torna-se pior em períodos de campanha eleitoral. O trabalho desta empresa é o que é, goste-se ou não. As pessoas fazem muitas perguntas mas têm de perceber que as empresas, como os particulares, são privadas, como tal não têm de prestar contas na Praça Pública. Agem de forma responsável procurando sempre cumprir com as suas obrigações, de consciência tranquila estando a dar o seu melhor, tem sido difícil, mas espera que esta reunião possa esclarecer as questões que precisam ser esclarecidas e deixem a empresa trabalhar.

O Presidente da Assembleia concordou que ninguém tem nada a ver com o trabalho da empresa mas as pessoas insistem em alegadas irregularidades, quer no que diz respeito às cercas, quer aos caminhos públicos.

Jorge Lopes esclareceu que as cercas são obrigatórias por lei para exploração agro, silvo pastoril, informação já enviada por email para os membros da Assembleia Municipal de Marvão, para segurança dos animais e terceiros, as pessoas andam incomodadas mas se uma ovelha vier para a estrada e causar danos vai haver responsabilidade civil sobre essa ovelha. Quanto aos caminhos afirmou que não a empresa não tem caminhos públicos vedados. Foram acusados de vedar um caminho num percurso assinalado pelo parque natural, o que é falso. Não têm qualquer caminho público vedado, Desafiou as pessoas que dizem isso e que o sustentem em factos e não em conversas que os caminhos são públicos, não basta estarem marcados nas

cartas militares, pois há caminhos vicinais e caminhos privados e podem estar todos nas cartas militares.

Luis Grilo (ICNF) deu conhecimento que foram emitidos vários pareceres sobre as vedações, para várias entidades e para o requerente, muitas conversas e diferentes visitas aos terrenos. O ICNF manifestou algum desacordo sobre a tipologia das vedações, o que é diferente de estar em desacordo outra coisa é emitir um parecer relativamente às vedações, pediram cuidado com a fauna, solicitaram algumas correções que foram feitas. Muitos casos foram acompanhados de recuperação de muros de pedra seca, que já poucas pessoas o fazem. O ICNF manifestou desde logo o desagrado do ponto de vista paisagístico, mas depois de vários contactos com juristas próprios não houve necessidade de emitir parecer sobre as vedações que se localizam em zonas de proteção complementar. Foram dadas indicações para a encosta de Marvão e foram cumpridas. Houve autos levantados pelos sítios que estão junto ao rio Sever, houve autos sobre as cercas e decorrem de um procedimento normal. Foram também solicitados um conjunto de caminhos e trilhos dentro das Ferrarias, o ICNF deu sugestões para não entrarem em certas zonas, falta apenas verificar se foi executado de acordo com as indicações dadas.

O Presidente da Assembleia concordou que uma coisa é o aspeto técnico a outra é o aspeto legal. Disse que foi pedido à empresa que abrisse passagens para os animais nas vedações dos terrenos. Perguntou ao Eng^o Grilo se a empresa cumpriu.

O Eng^o Grilo respondeu que sim foram abertas as passagens em vários terrenos e o ICNF verificou. Concluiu que podem não concordar que sejam feitas em cantoneiras, mas não há nada que diga que não possam ser feitas desta forma.

O Presidente da Assembleia perguntou ao Sargento Luis Parreiras que se pronunciasse sobre as intervenções da GNR uma vez que na documentação que existe na câmara aparecem autos de notícia que posteriormente foram para o ICNF por alegadas irregularidades em vários locais.

O Sargento Ajudante Luis Parreira informou que a posição da GNR é meramente de colaboração desde 2012 com as entidades, tais como a CCDR com quem visitaram os estaleiros. A GNR tem de intervir sempre que há uma denúncia mas os documentos vão sempre para a administração que analisa os processos. O ICNF é a entidade que tem competência para fiscalizar as zonas protegidas, os autos de notícias são levantados, mas não significa que algo esteja mal, seja ilegal ou não.

O Presidente da Assembleia perguntou se da parte da empresa não tem havido problemas sempre que a GNR os aborda.

O Sargento Ajudante Luis Parreira respondeu que nunca houve qualquer objeção á fiscalização da GNR.

O Presidente da Assembleia pediu ao Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia a presença nesta reunião pelo facto de haver conversas muito específicas sobre a existência de alegadas terras raras nos terrenos desta empresa, que será superior a outras zonas do concelho. Gostava por isso de ouvir a opinião do LNEG.

Daniel Oliveira (LNEG) referiu que este assunto das terras raras em particular foi um resultado de um estudo que fizeram e realçou que o estudo é meramente académico em que recolheram diversas amostras como fazem no resto do país, que foram separadas algumas da zona de

Marvão, mas não sabe se as vedações estão nessas zonas e provavelmente nem foram recolhidas nesses terrenos não se sabendo se foram recolhidas em terrenos vedados agora, ou vedados desde 2011, provavelmente recolhidas em terrenos de acesso livre à data. Analisadas estas amostras há uma amostra e apenas uma amostra, que tem até 25% do seu volume com alguns grãos do Xenótimo, que é um dos minerais elemento condutor das terras raras. O estudo não tem teor económico e duvida muito que fosse viável alguma vez moer granitos para retirar grãos de xenótimo. Não seria economicamente viável.

O Presidente da Assembleia perguntou se para além deste estudo têm conhecimento de outros sobre o mesmo tema ou se o LNEG foi pioneiro na avaliação da existência deste tipo de produto.

Daniel Oliveira (LNEG) respondeu que foi feito um estudo de Barrancos até toda a zona da Beira Baixa com 13 mil amostras para um estudo regional, o que foi publicado no Jornal Geochemical Exploration é uma sub amostra das amostras totais.

Rute Salgueiro (LNEG) informou que foi feito o mesmo estudo noutras regiões e que nunca aconteceu esta reação, o estudo não tem qualquer índole ou viabilidade económica e não entende porque foi relacionado com a existência das vedações no concelho de Marvão e com o xenótimo.

O Presidente da Assembleia esclareceu que ninguém afirmou que existe, a presença deste Laboratório foi apenas no sentido de prestar este esclarecimento.

José Janela (Quercus) deu conhecimento que esteve envolvido no movimento SOS S. Mamede há mais de 10 anos quando começaram as vedações polémicas, era um grupo de população portuguesa e estrangeira residente que escolheram a zona para viver precisamente por ser natural. Participaram em algumas ações junto das vedações e sabem bem que a diferença entre rede ovelheira e as vedações que estão instaladas. Fizeram também o percurso pedestre dos Galegos e as pessoas ficaram escandalizadas por terem vedações junto do percurso e nunca se percebeu bem a atividade dentro dos terrenos. Nessa altura questionou o Presidente da Câmara, teve reuniões com o conselho consultivo do Parque Natural. Acha que se devia alterar o regulamento por causa das vedações e acha que devia haver algo mais sobre isto para proteção da fauna e da paisagem. Falou-se também da mineração mas não sabem de existiu. Em Lisboa procurou a sede da empresa mas não a encontrou e ficou com a ideia que era apenas empresa de fachada. Gostava de saber que tipo de empresa é, quantos postos de trabalho tem, que tipo de impostos paga, etc. A Quercus fez várias denúncias, houve alguns aspetos positivos tais como vedações que foram alteradas, houve coisas que melhoraram. Acha que o PDM também podia regular esta questão. Perguntou se foi pedido parecer ao ICNF sobre a instalação de vedações. Estão preocupados com a paisagem que tem de ser protegida e estar ao lado das pessoas.

O Presidente da Assembleia referiu toda esta situação tem sido motivo de angústia e que faz sentido as pessoas estarem presentes, mas teve reação de pessoas de fora e dentro do concelho que não vieram hoje a esta reunião com medo de retaliações.

Teresa Vicente esclareceu que tem uma relação próxima com o concelho de Marvão há cerca de 20 anos como residente ocasional e há cerca de um ano deu voz a um grupo de pessoas na sequência da discussão criada pelas vedações ao longo de um caminho no Pego Ferreiro, ao lado do percurso pedestre PR2 e nas margens do rio Sever que reduziu o acesso das pessoas aos sítios onde habitualmente chegavam. Acresce a esta situação que em abril do ano passado a empresa vedou um caminho de acesso ao rio, que, segundo as pessoas da zona, é público. O

descontentamento destas pessoas foi verem o espaço vedado numa zona que deve ser valorizada e preservado o património natural.

João Bugalhão, como nota prévia, começou por felicitar os promotores por escolherem Marvão para investirem. Ele é a favor do livre comércio e negócio e se a empresa quis comprar e houve pessoas que quiseram vender, os terrenos são da empresa e podem fazer o que bem entenderem com eles dentro da lei. Enquanto cidadão nascido e criado em Marvão, além de autarca que já foi nada tem contra o exercício do livre negócio.

No entanto, para todas as atividades que se desenvolvem, na esfera privada, há leis e regras e pautam-se por legislação. A edificação das vedações referidas, em sua opinião, está contemplada em três regulamentos que definem claramente como se deve construir e como se deve atuar: RJUE, Reg. do P. Natural da Serra de S. Mamede e RMUE de Marvão.

Perguntou por isso á empresa se quando iniciaram o processo tinham conhecimento desta legislação. O Regulamento Municipal, por exemplo, dizia que não podiam ter mais de 1,20m de altura, como foi possível construírem com mais de 2 metros e só depois de terem vedado mais de 300 hectares de terreno é que pediram à câmara, em Novembro de 2011, licença para construírem vedações de 2,30m.

Perguntou ao representante da GNR se em 2012, quando inspecionaram estas estruturas, se encontraram desconformidades em relação aos Regulamentos que referiu e quais.

Ao LNEG disse que devia haver alguma confusão das datas referidas, já que o Estudo foi feito entre 1997 e 2005 e as vedações só foram começadas a contruir posteriormente em 2007, por isso não as podiam ter encontrado. Pediu para esclarecerem.

Perguntou aos proprietários se fizeram o que o ICNF solicitou em 2011 sobre a abertura de passagens para animais selvagens de 250 em 250 metros, afirmando que ele nunca as viu; assim como a edificação de vedações visualmente menos agressivas em zonas expostas ao público, bem como a retirada de uma fileira de arame farpado nos topos das vedações.

Terminou questionando que a junta de freguesia de Santo António das Areias em 2012 fez uma denúncia sobre a obstrução de um caminho nos Cabeçudos que considerava público, gostava de saber o resultado do auto então levantado, e se a Empresa tem a certeza que o dito caminho não é público. Perguntou também que necessidade tem a empresa de obstruir linhas de água aos olhos de toda a gente.

Por fim salientou que foi criado no campo e sabe que para conter ovelhas, não são necessárias cercas com mais de 2 metros de altura, aliás, há rebanhos e manadas em toda a zona do Parque de São Mamede e este tipo de cercas não se vêem em mais sítio algum do distrito.

O Presidente da Câmara referiu que esta é uma situação complexa e transversal e que o maior problema que se põe é o material das vedações. Também é a favor do livre comércio mas quem investe no território tem de cumprir as regras e a legislação em vigor. Tudo o que foi tendo conhecimento participou aos serviços e não impediu a continuidade dos processos, tudo o que

carece de parecer de outras entidades tem de ser cumprido. o código regulamentar foi amplamente discutido e não se apercebeu desta lacuna nem as outras forças políticas e esta situação passou. Considerou esta reunião positiva pois todos se preocupam com Marvão, agradeceu à empresa o investimento e a criação de postos de trabalho, têm feito um bom trabalho na prevenção de incêndios e na plantação de árvores. É bom esclarecer e encerrar de uma vez por todas esta polémica que intoxica os marvanenses.

O Presidente da Junta de Freguesia de Santo António das Areias, Silvestre Andrade informou que a primeira conversa com os responsáveis da empresa foi a propósito do corte do caminho no Vale de Carvão onde esteve junto com o Gerente e o Eng^o e tentou de forma séria chegar a acordo para retirar as vedações uma vez que o pessoal de antigamente diz que o referido caminho é público e liga à estrada. A empresa justificou que o caminho não é público e além disso, na altura estavam ovelhas a parir e que era necessário ter o gado fechado. Depois escreveu uma carta à empresa para tentar desbloquear esta situação, as respostas foram evasivas e nada foi resolvido. Pediu que haja bom senso e que o caminho fique aberto até se concluir se é efetivamente público ou não.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador da Aramenha, António Bonacho começou por dizer que é a nossa paisagem que vende Marvão e quando esta empresa veio para cá dizia que era para fazer percursos pedestres e trilhos de bicicleta, mas fez vedações com dois metros de altura e vedou linhas de água. Esta empresa devia ser mais sensível nos sítios onde passam mais pessoas e as vedações serem feitas de outro tipo de material. Não compreende a vedação de linhas de água e a vedação de um nascente que não é da empresa. Não sabe se há má-fé da população, se é da própria empresa. Já pediu duas vezes para limparem e não o fizeram.

O Vereador Luis Costa deu conhecimento que as situações foram despoletadas por um grupo de cidadãos, promoveram uma reunião para os ouvir e também com as entidades e foram esclarecidos que não havia nada contra a lei. Como vereador desta câmara municipal o que o preocupa e choca é um percurso pedestre que entronca com a propriedade é a altura das cercas e perguntou se não haveria possibilidade se serem mais baixas ou feitas em madeira.

O Vereador José Manuel Pires referiu que há uns anos que acompanha o desenvolver desta empresa e hoje a presença do Dr. Jorge Didier nesta reunião é de abertura e humildade e se calhar a partir de agora muitas coisas vão ficar desmistificadas. O que está em causa é o impacto visual das vedações e o corte de caminhos e com bom senso e relações de boa vizinhança era bom que concordassem com algumas destas propostas. Valorizou a reflorestação e a limpeza e reconheceu o excelente trabalho que a empresa tem feito. Com esta reunião pretendem ajudar a clarificar e expor a opinião de todos, espera que seja o momento zero para um melhor entendimento entre a empresa, as entidades e a população de modo a conviverem sem problema.

O Vereador Jorge Rosado referiu que como vereador nestes quatro anos sempre tem respondido aos apelos da empresa e a sua tomada de posição prende-se com os interesses das pessoas, do concelho e de toda a proteção da singularidade do concelho de Marvão. Foi confrontado com as vedações no Pego Ferreiro e do corte do caminho atestado pela câmara como sendo público. Nessa base confrontou o Presidente da Câmara sobre o caminho e sobre a vedação da margem da ribeira do Vale do Alcaide. Não tem nada a opor à empresa nem aos postos de trabalho, gostava de melhorar em conjunto a parte estética e perceber como podem melhorar outras situações. Verifica que há falta de diálogo entre a empresa e a câmara pela

forma de atuar sobretudo na dimensão e forma das vedações. Abordou apenas duas situações concretas e reforçou o apelo para melhorar o diálogo no sentido do desenvolvimento sustentável do território.

Nuno Pires do Movimento Marvão para Todos, disse estar elucidado da intenção deste projeto. Tem existido dificuldade de comunicação entre as partes e todos queremos o bem de Marvão, se querem investidores têm de acarinhar quem investe. Quem investe tem de o fazer de acordo com a lei e com os regulamentos. Apelou a que exista uma maior proximidade entre a empresa e a câmara e os presidentes de junta. Não acredita que a empresa deseje este mau estar.

João Maria Lourenço do Grupo Municipal do CDS referiu que nada é mais elementar que o bom senso, as pessoas devem estar gratas a esta empresa que investe neste território, cria postos de trabalho e limpa os terrenos. Não é normal esta animosidade entre as pessoas e a empresa, considera duas coisas distintas: a real intenção desta empresa, desde que atuem em quadro legal e a questão da imagem. São obrigados a comunicar pois Marvão é um destino único, o que tem de melhor é a imagem, é candidato a património mundial com as Fortalezas Abaluartadas da Raia e esta imagem tem de ser preservada. Neste caso as vedações estão longe de ter um enquadramento estético. Pediu bom senso e humildade para ouvirem quem cá mora e espera que se abra um novo ciclo no caminho do diálogo e colaboração onde todos possam ganhar.

Silvia Pinheiro do Grupo Municipal do PSD perguntou quantos postos de trabalho tem a empresa e passados mais de dez anos após terem dito que era para trilhos de BTT perguntou se está previsto a exploração turística dessa atividade. Referiu que a imagem de Marvão com a altura das vedações está a ficar melindrada e concordou com o que já foi dito por todos.

Tiago Teotónio Pereira do Grupo Municipal do PS começou por saudar esta iniciativa que é de toda a Assembleia Municipal e que foi tomada na última sessão. Nunca até aqui estiveram à mesma mesa os responsáveis políticos, a empresa envolvida, as restantes entidades, especialistas na matéria e sobretudo os representantes da sociedade civil. Este é por isso mesmo um momento histórico.

É nosso entendimento que a nossa apreciação deve incidir sobre os factos e eventos que estejam relacionados com a vida autárquica do município, dado que compete aos seus responsáveis a ligação com o exterior, com a empresa e com o desenho da estratégia de desenvolvimento do concelho de Marvão.

Para isso teremos de recuar à reunião de Câmara de 2.6.2010 em que a oposição travou a venda da coutada a um “grupo canadiano”, que tinha há alguns anos começado a adquirir algumas propriedades no concelho de Marvão. A história começou torta e não se tem endireitado.

Os anos que se seguiram mostraram uma autarquia que andou sempre a reboque dos movimentos de cidadãos e que nunca tomou a dianteira do assunto. Mais uma vez como hoje, em que é a Assembleia Municipal a assumir as despesas que deveriam caber a quem os Marvanenses confiaram a defesa intransigente do concelho.

No ano de 2011 o Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização foi alterado na sequência de um pedido de licenciamento da Recprop, na altura para instalação de trilhos de BTT. Estes mesmos artigos sobre “vedações a construir” não têm qualquer correspondência com o atual código regulamentar, o que pode ser encarado como um alívio nas restrições da colocação deste tipo de estruturas.

Os autos de notícia realizados em 2012 nunca tiveram nenhuma correspondência ou seguimento por parte da câmara municipal, tendo para o efeito sido interpelada pela Provedora de Justiça.

O próprio Município faz a defesa da empresa, em 2013 em nova comunicação à provedora de justiça, dizendo que os fins dos terrenos são florestais (desaparecendo a referência à BTT) e dizendo que emprega em regime de permanência 20 pessoas. Nunca o município procurou ter acesso a informação credível sobre o modelo de negócio da empresa e os efetivos postos de trabalhos criados.

Em 2014 a câmara municipal procura uma vez mais encontrar argumentação jurídica para resposta ao Provedor de Justiça e por via indireta aos Municípios, ao invés de encontrar suporte jurídico para ter mais informações sobre o real objeto desta empresa e a justificação para as vedações das propriedades.

Em 2016 é aprovado o código regulamentar que desregulamenta a situação jurídica que existia até aqui, passando apenas a aplicar-se a lei geral, e em 2017 a revisão do PDM é omissa em relação a esta situação. Diga-se que a revisão do PDM veio ainda a apreciar de forma positiva uma proposta do Sr. Jorge Didier Rito Mimoso Lopes, responsável da empresa Recprop sobre a “alteração à localização do Espaço destinado a atividades económicas na Portagem” no prédio das Ferrarias; quando outras propostas apresentadas nesta sede – por elementos da Assembleia Municipal – relativamente à preservação da encosta de Marvão com o seguinte fundamento: “O buffer apresentado na candidatura, não carece de delimitação na planta de ordenamento, uma vez que a revisão foi comitente à candidatura e não contradiz os objetivos da mesma. Neste contexto não se verifica fundamento para alterar a planta de ordenamento.”

Sobre a venda das Ferrarias, o Grupo Municipal do Partido Socialista questionou recentemente (julho.2021) o Presidente da Câmara pelo facto de não ter sido exercido o direito de opção pelo prédio, pelo que recebemos a resposta de que o assunto apenas tinha sido falado verbalmente pelo anterior presidente. Foi assim que um terreno absolutamente estruturante para a Portagem e para a encosta de Marvão foi tratado – com uma simples conversa.

No ano de 2018 foi feita uma peça jornalística pelo “Correio da Manhã” onde o Presidente da Câmara Municipal disse que “gostava de saber mais” sobre esta empresa e sobre a sua atividade. Na reunião de câmara de 9.04.2018 os vereadores do Partido Socialista entregaram um pedido de esclarecimento por escrito em que solicitavam que na reunião imediatamente a seguir fosse apresentada informação os pedidos de licenciamento da empresa, esclarecimento esse que nunca chegou.

Mais recente foi questionado o Presidente da CM sobre quantos pedidos de licenciamento deram entrada nos serviços, por parte da empresa envolvida nos últimos anos: 5, estando 1 processo a decorrer.

Em 2019 e 2020 os municípios tomaram mais uma vez a dianteira e relevaram uma série de abusos com o corte (através de vedações) de caminhos municipais e linhas de água. Em concordância com esse apelo da sociedade civil, o Partido Socialista na Câmara Municipal e Assembleia Municipal questionaram várias vezes o Presidente de Câmara

sobre o efeito, tendo mesmo sido aprovada uma moção com o título "ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONDENA A VEDAÇÃO DE CAMINHOS MUNICIPAIS".

Em setembro de 2020 em reunião com munícipes e entidade da CMM assume através do seu Presidente a necessidade de se criar um regulamento municipal próprio sobre vedações no concelho de Marvão. O que nunca chegou a acontecer, mais uma vez.

Em novembro de 2020 é aprovado, por proposta do Partido Socialista, a Criação do Conselho Municipal de Habitação de Marvão que poderia ter um espectro mais alargado podendo contribuir para a definição da estratégia de urbanismo da CM. Este conselho aprovado há 9 meses ainda não foi regulamentado.

O início do ano de 2021 tem sido marcado por uma série de intervenções dos eleitos locais e da própria empresa, destacando a informação enviada pela Recprop a 5.7.2021 onde se afirma “desde a constituição e início da exploração agrosilvopastoril, por partes daquelas sociedades comerciais, destas propriedades, há cerca de uma década, têm aquelas vindo a ser alvo de acusações totalmente infundadas”.

Perante a passividade do Executivo e a agressividade da empresa envolvida, tem valido a Marvão ter Munícipes corajosos e que têm lutado pela defesa deste território; a eles o nosso agradecimento e, desde já, as nossas desculpas pelos momentos em que possamos não ter correspondido às necessidades que um assunto complexo como este acarreta.

Esta reunião é sobre o modelo de desenvolvimento queremos para a nossa Terra.

O Presidente da Assembleia pediu que o Sargento Parreira pudesse responder se foram encontradas situações de desconformidade.

O Sargento Parreira referiu que se desmarca totalmente de questões políticas e já tinha respondido a essa questão quando disse que sempre que a GNR foi chamada levantou os autos mas não tem competência para instruir os processos. Os pareceres do parque vinculam todos os outros e sempre teve colaboração da empresa e das entidades.

Daniel Oliveira (LNEG) respondeu que as datas não são relevantes para este assunto e não percebe o que é que as vedações têm a ver com os minerais.

O Presidente da Assembleia explicou que teve a ver com o facto de tentar perceber se já havia um estudo sobre o assunto antes da instalação das vedações.

Daniel Oliveira (LNEG) referiu que poderá ter havido colheitas antes mas é impossível dizer se foi nesses locais.

Luis Grilo (ICNF) esclareceu que enquanto o plano de ordenamento estiver em vigor a extração de minérios, inertes e prospeção é interdita no parque natural. Os muros de pedra seca não podem ultrapassar 1 metro de altura, as vedações são feitas de acordo com os regulamentos municipais e esses regulamentos deve prever um conjunto de regras. Vedações na área do Parque é coisa que não falta. De facto as vedações trazem algumas complicações do ponto de vista visual mas o ICNF emite pareceres ou opiniões dependendo dos locais.

O Presidente da assembleia considerou que os esclarecimentos do Eng^o Grilo foram importantes para elaboração do texto final. Deu a palavra ao gerente da empresa para responder às questões sobre as vedações e a altura das mesmas, as linhas de água e a alegada

ocupação dessas linhas de água, acrescentou que não tinha conhecimento que um nascente está vedado na Portagem, de acordo com o que referiu o Presidente da Junta, e que não faz parte da empresa, e também sobre os caminhos que é uma questão que se repete.

Jorge Lopes disse que desde 2007 que trabalha na área do turismo, está ligado ao Turismo com bicicletas há mais de 20 anos e jamais poderia imaginar estar hoje aqui numa reunião destas. Atua dentro dos princípios do respeito por todas as pessoas e entidades na procura de solução, ao longo deste processo tem tentado resolver estas situações. Vem a Marvão com prazer por gostar do local, os investidores das empresas que gere gostam deste sítio mesmo estando a 3h de Lisboa, pela beleza paisagística de Marvão e pelo potencial. Agora, quando ouve estas especulações que o LNEG não conhece e a empresa também não, nunca teve interesse nem sabe como se fala na intenção de extrair minério. Não sabe porque esta questão foi trazida a público pelas pessoas de Marvão, nunca teve qualquer interesse nestas questões, nunca efetuou qualquer consulta a nenhuma entidade sobre esta questão dos minérios, cada um deve retirar as suas ilações de como chegámos a este ponto. Os trilhos estão à vista das pessoas, já tiveram problemas com vandalização das vedações e com furto de animais com processos a decorrer no Ministério Público a este respeito. As vedações são permeáveis à vida selvagem. Trabalham desde 2017 com Tito Lopes, consultor em regeneração de ecossistemas inclusive para em 2018 acompanhar as visitas do ICNF às Ferrarias, trabalham com as pessoas para encontrar as soluções mais adequadas. O caminho que se está a abrir nas Ferrarias é para prevenir os incêndios e facilitar o combate ao fogo. Vê vedações com arame para vacas vê terrenos que ninguém limpa nem planta árvores mas não se fala nisso. No Vale de Carvão há vedas ao longo e mesmo em cima do rio e a atravessar o rio mas não são da empresa. Embora quando se fale de problemas de vedas acaba sempre a falar-se apenas e só a visar a nossa empresa. Relativamente à estética das vedações o terreno de Marvão não é igual a Estremoz ou Ponte de Sor, não é plano e com solos em terra, aqui está cheio de afloramentos rochosos a solução mais económica, mais prática e com menor impacto ambiental é implantar um poste metálico de apenas 50mm, impossível com postes de madeira e idêntico diâmetro, quando há incêndios está preparado para lidar com o fogo, com menor impacto e maior durabilidade. Sobre a altura das vedações discutiu com o ICNF e chegou à conclusão que podia fazer com rede mais baixa, introduziram as situações que as entidades sugeriram. Quando as fez daquela altura não tinha conhecimento de todo o quadro legal e implicações associadas.

As pessoas focam-se nas vedações em si mas é uma barreira transparente e inócua. Vê nas questões das vedações uma forma de perseguição e de causar incómodo. Não tem qualquer problema em cumprimentar as pessoas, tem 10 trabalhadores, já teve 20 mas reduziu por não ter serviço para fazerem. Sobre o caminho do Vale de Carvão é um acesso entre muros mas não leva a lado nenhum. Nessas três parcelas, posteriormente adquiridas, há uma mais remota que tinha este acesso entre muros por este caminho que esteve vários anos abandonado, com giestas do tamanho brutal onde era impossível passar alguém. Poderia servir apenas um vizinho cujo acesso à sua propriedade se faz pela estrada alcatroada de Galegos. Nunca se viu ninguém passar naquele caminho e seria mesmo impossível nas condições em tem estado nos últimos mais de dez anos. Foi promovida uma invasão de propriedade nesse local onde estranhos à empresa limparam o mato e o depositaram na entrada do nosso portão. Desde que a empresa adquiriu esses terrenos que houve manifestações contra, aliás até o anterior Presidente da Junta de Santo António das Areias confirmou no local que a última vez que o dito caminho foi limpo tinha sido há 15 anos atrás no seu mandato. Mais esclareceu que o PR2 está totalmente livre. Referiu que é possível que seja apenas uma comunidade dentro da população de Marvão, com maior número de cidadãos estrangeiros que vieram viver para Marvão, que possam ser as

peessoas mais incomodadas, as pessoas deviam pensar antes de falarem, esta empresa não tem nem nunca teve má fé para com ninguém, nem para criar dificuldades a ninguém, mas tem sido achincalhada e têm de se manifestar e defender.

Paulo Matos (grupo RPBK) acrescentou ainda que as vedações estão legais de acordo com o Regulamento em vigor sobre esta questão. Ainda sobre o caminho do Vale de Carvão, é o caminho do Pego da Hera, não é do Pego Ferreiro como se diz, o Sr. José Luis Andrade, anterior presidente da JF de SAAreias esteve no local e confirmou que há muito anos aquele caminho não era limpo, e não é público, enviou diversa informação à Junta de Freguesia disponibilizando certidões prediais à junta de freguesia, onde os confinamentos são inequívocos, houve invasão de propriedade e tiveram de chamar a GNR. Sobre a nascente na Portagem referiu que toda a gente tem acesso a ela e sobre a ribeira meterem vedação/cancelas (prática local comum) para as ovelhas não passarem para outro lado. Foi pedido parecer á APA e alem disso a água segue o seu curso normal. A vedação/cancela será retirada quando não houver animais.

O Presidente da Assembleia concluiu que há um grande problema de comunicação por parte da empresa e das entidades que nunca se resolveu, há animosidade e falta de comunicação. Propôs que os participantes na reunião colocassem as últimas questões se assim o desejassem.

Teresa Vicente esclareceu que nunca afirmou que o PR2 estava vedado, mais esclareceu que a ação de limpeza foi comunicada à câmara, à junta de freguesia e aos bombeiros e não foram desagradáveis para a empresa. Não é contra a iniciativa privada mas os valores públicos são de todos nós. Parece-lhe que há um contrassenso, se a empresa se define como desenvolvimento turístico que tem terrenos ao logo do rio com vedações, perguntou o que querem com esta paisagem. Ao Presidente da Câmara perguntou qual é o valor estratégico que o municipio quer dar a este território. Referiu ainda que em determinada altura a APA levantou inconformidades e está em processo o caso das vedações em cima do rio, gostava de saber o ponto de situação.

O Presidente da Câmara respondeu que o assunto é pertinente e a câmara tem investido no território informou ainda que no futuro quadro vêm apoios para recuperação dos muros de pedra.

João Bugalhão referiu que em relação à pergunta que endereçou ao representante da GNR, possivelmente, terá sido mal compreendido, a sua questão prendia-se, especificamente, que o Sargento Parreira comunicasse a esta assembleia o tipo de não conformidades encontradas em 2012. Sobre a atuação destes serviços da GNR referiu que, em sua opinião, foram aqueles que melhor desempenharam a sua função em todo este processo.

Reconheceu que as vedações na zona sul do concelho na Quinta das Ferrarias, que visitou recentemente, lhe parecerem estar de acordo com a legislação, isto é, não superiores a 1,80 metros como define o RJUE; mas o mesmo não se passa com a maioria das edificadas na zona norte do concelho, que em muitos sítios são superiores a 2,5 metros, bem como os muros de pedra superiores a 1 metro de altura.

Lamenta que os promotores, mesmos após os diversos apelos que aqui foram feitos, não sejam sensíveis e não reconheçam nada do que aqui foi dito, quer pelos autarcas quer pelos cidadãos e nunca mostraram qualquer intensão de fazerem diferente no futuro.

Referiu que após as eleições que se aproximam, os investidores nos pudessem mostrar os terrenos e onde é que estão as alterações das sugestões feitas pelo ICNF e Ministério da Agricultura no que toca às vedações e que nos dizem que efetuaram.

Jorge Lopes ficou surpreendido quando dizem que a empresa não é sensível, quando por livre vontade falaram com um técnico em reflorestação, está a trabalhar na área silvo pastoril e está a tirar cortiça. São neste momento o maior criador de ovinos do concelho.

Tiago Teotónio Pereira pediu que haja boa fé para desbloquear, a empresa tem um modelo de negócio que não é razoável, perguntou que contactos a empresa tem mantido com o Presidente da Câmara sobre potenciação dos trilhos para BTT e para a exploração agro silvo pastoril. Perguntou se fizeram alguma candidatura ao PDR.

Jorge Lopes disse que já ficou claro que estas sociedades das quais é gerente, prestam contas a uma sociedade anónima e não tem questões pendentes com qualquer entidade no país. Não requereram nenhum tipo de financiamento na banca porque não precisam. Selecionaram Marvão por ser mais apelativo e nunca por ser mais rentável.

O Presidente da Câmara disse que o regulamento para as vedações não foi feito devido à pandemia e ao período de teletrabalho em foram definidas outras prioridades. Sente que o PS está a por carga política neste assunto e não é sua intenção este combate político, apenas se pretende perceber o funcionamento da empresa. Assumiu as culpas pelo atraso no regulamento.

O Presidente da Assembleia reiterou que não quer de forma alguma que este assunto tenha conotação partidária.

Silvestre Andrade voltou a falar no caminho do Pego Ferreiro que existe e que dá acesso às propriedades e vai ter à estrada, mas depois desta explicação ficou na mesma, as cadernetas dos prédios não dizem que confrontam com caminho público e pediu à assembleia, à câmara e ao gabinete florestal que averiguem se é de facto caminho público.

Jorge Lopes falou ainda do caminho que estava completamente abandonado que não leva a lado nenhum e além de que o acesso ao rio é feito pelo Pego Ferreiro e está livre.

António Bonacho disse que quem tem de provar se o caminho é público ou não é a empresa não é a câmara e se dizem que gostam de Marvão não deviam ter estas vedações. Perguntou se a vedação do ribeiro é legal.

Jorge Lopes A veda na nascente, que permite o acesso sem quaisquer problemas, é o compromisso possível para evitar mais uma dupla veda naquela linha de água. Ninguém quis comprar a Propriedade das Ferrarias enquanto esteve à venda. Nunca recebeu apoio, homens ou viaturas, da Junta Freguesia para retirar o lixo que fregueses dali foram depositando, atrás do infantário na Portagem, ao longo dos anos e antes da propriedade ter sido vedada.

José Janela perguntou qual é a área total dos terrenos da empresa, qual é a extensão das vedações, que área pretendem ainda vedar, que impostos pagam e quanto rendem para Marvão, se foram pedidos pareceres ao ICNF e à câmara para instalação de vedações nos novos terrenos que foram adquiridos.

Jorge Lopes respondeu que não faz ideia da área exata dos terrenos mas rondam os 500/600 hectares, as vedações talvez tenham uns milhares de metros e falta vedar muito pouco. Com os perímetros vedados será mais eficiente para a empresa gerir o efetivo pecuário garantindo o bem estar animal. No que diz respeito aos impostos quem se poderá pronunciar será a Autoridade Tributária. As vedações são obras de escassa relevância urbanística que não carecem de nenhum parecer.

O Presidente da Câmara referiu que a questão das vedações é complexa e já várias vezes disse que não é técnico da câmara e não pode responder a essas questões, mas a câmara municipal aplica a lei, há vários processos que estão disponíveis na página da internet.

O Vereador Luis Costa propôs que fosse envolvida a população e a economia local e que a empresa abrisse os trilhos de BTT para a prática dessa modalidade a quem quisesse, até para perceber in loco os verdadeiros interesses da empresa.

O Vereador Jorge Rosado fechou o assunto para falar ainda do Pego da Hera e para desmentir o que foi dito pelos responsáveis da empresa, nomeadamente que o grupo de pessoas comunicou à câmara e à junta de freguesia a limpeza do caminho. Mais disse que terá de partir da empresa provar se o caminho é sua propriedade ou não. De facto não era limpo há vários anos e não passava lá ninguém, desmentiu que tivesse sido cortada a vedação, informou que foi desviada e voltada colocar no mesmo sítio. Perguntou qual é a interpretação da empresa sobre o impacto destas vedações no concelho. Perguntou como acedem os bombeiros a estes terrenos em caso de incêndio.

Jorge Lopes respondeu que o impacto das vedações é o que as pessoas lhe quiserem dar, uma acham negativo, outras não lhe dão importância e deu como exemplo a limpeza das acácias feita no Jardim que deixou à vista as fragas que ninguém conhecia e, no entanto, não se fala disto. A propósito dos incêndios os bombeiros têm ordens, após consulta connosco, para entrarem e se contactarem o encarregado ou algum dos funcionários com facilidade se desloca ao local tal como já aconteceu. Reforçou ainda que até já foram limpas charcas que podem depois servir para apanhar água. Gostava que as pessoas falassem também dos trabalhos que são feitos de forma ponderada e cuidada nas propriedades. Esclareceu ainda que esta empresa num passado muito recente, em 2019, pediu aos bombeiros que dessem ação de formação pelos Bombeiros de Marvão, aos seus funcionários para o 1º combate a incêndios.

O Presidente da Assembleia pediu ao Presidente da Câmara que com os serviços de proteção civil seja desenhado um programa com os contactos desta empresa para serem acionados em caso de incêndio.

Antes de dar por terminada a reunião reforçou os agradecimentos a todos os presentes, quer presencialmente, quer pelo Zoom e considerou que todos os contributos foram importantes. Julga que na grande maioria as dúvidas que havia foram esclarecidas, registou com apreço o contributo de todos. Terminou dizendo que está sempre disponível para colaborar e discutir com todos os interessados. Desta reunião fará seguir um relatório para todos os membros da assembleia municipal.